

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

MARIA DA CONCEIÇÃO DE M. C. BELTRÃO *

MARIA DE FÁTIMA ALVES SÃO PEDRO **

MARIA DE LOURDES LEMOS ***

RHONEDS A. R. PEREZ ****

INTRODUÇÃO

Através do Convênio Museu Nacional/UFRJ - IBAMA, assinado em dezembro de 1994, a arqueóloga designada pelo Terno Aditivo de junho de 1995, Rhoneds Aldora Rodrigues Perez e equipe, vêm desenvolvendo, junto ao Parque Nacional da Tijuca, o trabalho de recuperar, catalogar, pesquisar e divulgar os resultados das escavações arqueológicas que, durante 30 anos, foram realizadas pelo Prof. Carlos Manes Bandeira, nos sítios históricos do Parque Nacional da Tijuca, trabalho este iniciado no ano de 1969 com apoio da então Comissão de Preservação de Monumentos Naturais e Históricos, depois Centro Técnico de Arqueologia, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Trabalhando em conjunto com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (M. Agricultura) e a administração do Parque Nacional da Tijuca, o CTA-FBCN recuperou um grande número de peças. Todo este acervo, hoje, encontra-se na Sede do Parque Nacional da Tijuca na Gávea. RJ.

Situado relativamente no centro da Cidade do Rio de Janeiro, dividindo-a em Zona Norte e Zona Sul, o Parque Nacional da Tijuca encontra-se, geograficamente, entre os paralelos de 22°01' e 23°01' de latitude Sul e os meridianos de 43°12' e 43°19' de Longitude W Greenwich, no Centro Meridional do Estado do Rio de Janeiro.

Possui cerca de 3.300 hectares (33 Km²), abrangendo três grandes conjuntos, divididos pelos eixos rodoviários que hoje permitem fácil acesso. Faz limites com os Bairros de Botafogo, Jardim Botânico, Gávea, São Conrado, Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Grajaú, Vila Isabel, Tijuca, Rio Comprido e Laranjeiras.

Sua densa vegetação tem origem em seis antigas florestas: Tijuca, Paineiras, Andaraí-Grajaú, Santa Inês, Carioca e Gávea, que integravam as terras de três Sesmarias que foram concedidas da seguinte maneira:

UM POUCO DE HISTÓRIA

Em 1567, Estácio de Sá concedeu aos jesuítas a Sesmaria do Engenho Velho, que compreendia terras do Rio Comprido e Inhaúma, passando por parte do bairro da Tijuca (Usina) e cobrindo as encostas do Andaraí e Grajaú, até uma altitude de uns 600 m.

Em 1568, o Governador-Geral, Mem de Sá, concedeu ao Governador do Rio de Janeiro, Salvador de Sá, uma Sesmaria que ia da linha da cumeada das montanhas de Jacarepaguá, estendia-se por sua Baixada e ultrapassava todo o Maciço Montanhoso da Tijuca.

Salvador de Sá recebeu, também, a posse da Sesmaria de Manuel de Brito (que fora concedida a este por Estácio de Sá, em 1567) mas que Mem de Sá achou por bem confiscar, tornando-a sem efeito, uma vez que seu antigo proprietário nada fizera de benfeitorias. As terras iam da Gávea até à Tijuca (a planície da Barra).

A partir daí, os descendentes da família Sá, os Viscondes de Asseca, foram os proprietários das terras da Floresta da Tijuca, vendendo-as no correr dos séculos, até à desapropriação das propriedades junto aos mananciais de água, ocorrida na segunda metade do século passado.

Quanto às terras da Sesmaria do Engenho Velho, foram confiscadas aos jesuítas, em 1759, por ordem do Marquês de Pombal. Em 1762 foram a leilão na forma de mais de uma centena de lotes e de terrenos, quase todos formando, nos dias de hoje, os bairros de Grajaú, Vila Isabel e Andaraí.

Somente a partir de 1810, com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro e com a introdução do plantio do café no Rio de Janeiro é que surgiu o interesse de nobres europeus em adquirir terras para fazendas de café, nas encostas das terras montanhosas da Tijuca.

Mas a lavoura cafeeira trouxe a desertificação e a escassez da água potável para a região. O Imperador Pedro II decretou, em 1860, um reflorestamento e a recuperação das nascentes, através de um plantio intenso e sistemático de toda a área que hoje corresponde ao Parque Nacional da Tijuca, com a desapropriação das terras junto aos mananciais de água.

Após a proclamação da República, em 1889 e até 1890, muito pouco se fez. A partir de 1890 ficou sob a guarda do Ministério da Viação, posteriormente da Saúde e, depois, da Agricultura. De 1943 a 1976, a parte da Floresta

da Tijuca esteve sob a guarda e a fiscalização da Prefeitura do Distrito Federal, depois, do Estado da Guanabara e do Município do Estado do Rio. As demais florestas protetoras de mananciais permaneceram com o Ministério da Agricultura, desde 1941 até à criação do Parque.

Por Decreto Federal, em 1961, foi criado o Parque Nacional do Rio de Janeiro. Em 1967, o Decreto Federal nº. 60.183, alterou os limites e o nome do Parque, que passou a ter a denominação de Parque Nacional da Tijuca. Em 28 de fevereiro de 1967, em razão do Decreto Lei Federal nº. 289, passou a ser administrado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, atual IBAMA. No ano de 1992, foi considerado, pela UNESCO, Patrimônio da Humanidade.

O RESGATE DE UMA ÉPOCA

O objeto do nosso trabalho é procurar resgatar parte da história e dos costumes da vida do Rio de Janeiro vivida por nobres europeus, que vieram na comitiva do Príncipe Regente e durante os períodos dos I e II Impérios, tentar a vida de fazendeiros de café, trazendo a experiência do seu plantio em terras da América Central.

O acervo coletado por Manes Bandeira possui material que vai das terras confiscadas aos jesuítas (fazendas do lado do Grajaú), sítios e fazendas dentro da Floresta da Tijuca (entre eles um cartão postal do Rio de Janeiro, A CASCATINHA DE TAUNAY), fazendas da Vista Chinesa, Pedra Bonita, Barra da Tijuca, etc.

O ciclo do café no Brasil e o pioneirismo no Rio de Janeiro, teve nas fazendas das montanhas do Alto da Boa Vista um desenvolvimento e uma aclimação tropical, graça à experiência e à técnica dos europeus que tinham sido cafeicultores em ilhas nas Antilhas.

Uma vez a terra exaurida, o café tomou o rumo do Vale do Paraíba, tendo o sucesso que todos conhecemos. Mas foi nas terras do Maciço da Gávea, no Vale do Moke, na Gávea Pequena, que as primeiras fazendas de café no Rio de Janeiro obtiveram êxito. Eram fazendas requintadas, possuindo até máquina para polir os grãos do café. Da Gávea Pequena, o café começou a ser plantado nas terras do Maciço da Tijuca, onde já havia fazendas com criação de gado leiteiro.

ÁREAS DA PESQUISA

Para sistematizar o estudo, dividimos a pesquisa em três regiões (Fig.1):

1. O MACIÇO DA TIJUCA que compreende a Floresta propriamente,

com estrada vindo pelo Alto da Boa Vista; a Floresta do Andaraí e a Floresta de Santa Inês. Ele faz limite com a Reserva Florestal do Grajaú e com a Floresta dos Pretos Forros (lado de Jacarepaguá).

2.O MACIÇO DA GÁVEA, com as Pedras da Gávea, Bonita, de Agassiz, o Morro do Chapecó, a Floresta da Gávea Pequena (com o Morro do Cochrane e o Vale do Moke), a Floresta dos Macacos (com os morros da Vista Chinesa).

3. A SERRA DA CARIOCA, compreendendo a Mata do Pai Ricardo, a Floresta do Trapicheiro, o Morro do Sumaré, a Floresta das Paineiras (com o Corcovado, o Silvestre e o Morro D. Marta).

A CULTURA MATERIAL

Essa parte histórica poderá ser ampliada e melhor documentada com o estudo do material coletado por Manes Bandeira, durante 30 anos de pesquisa e estudo no Parque Nacional da Tijuca.

O material cultural é rico e diversificado, sendo uma proposta de trabalho a longo prazo. Única e exclusivamente a título de exemplo, podemos citar, resumidamente, os dados obtidos por Manes Bandeira para o material coletado nas escavações das ruínas da *Casa dos Três Patamares*, na Fazenda da viúva Angélica Maria da Silveira Borges, no vale da Cachoeira, Grajaú, donde, segundo o próprio Manes Bandeira, teria sido retirado um apreciável acervo de peças.

Ele distribuiu o material recuperado em:

Louças

1. Louça monocromática: representando a maior parte do acervo coletado. De modo geral, se constituiria num material *nobre*. Especificamente, no caso da louça monocromática (de única cor base, branca), foram identificados dois tipos clássicos da produção industrial do século XIX, que inundou o mercado brasileiro, isto é, as louças de pasta Ironstone China, e as de pasta Pearlware. A forte presença de louça, do primeiro tipo, seria devido à difusão de sua fórmula de fabrico por toda a Europa, tendo como fonte de origem, principalmente, o conglomerado fabril inglês de Staffordshire.

A esse material, somam-se as louças policrômicas produzidas com a mesma pasta. No total, foram definidos 11 tipos (Figs. 2, 3 e 4):

A-1 Louças sem decoração, identificadas como pertencentes a diversos aparelhos de jantar ou de peças avulsas, branqueadas em esmaltação.

estanífera, de qualidade e acabamento medianos, produzidas em pasta Ironstone China;

A-2 Louças sem decoração pintada ou estampada, com altos ou baixos relevos, monocromáticas branca, em pasta Ironstone China, nos padrões Trigo, Ramas, Mossas (ou goles), em mínimas quantidades, algumas das quais de produção do final do século XIX e início do século XX;

A-3 Louças se decoração, lisas e produzidas em pasta Pearlware, apresentam-se como componentes de aparelhos de jantar;

A-4 Louças sem decoração, produzidas em pasta Pearlware, pertencentes a aparelhos de jantar, chá ou café, com bom acabamento e qualidade, tendo decoração em alto ou baixo relevo, destacando-se os padrões “Lotusforme” ou “Floral” com provável incidência de peças produzidas entre 1878 a 1910;

A-5 Louças com estampagem pelo sistema “transfer”, datadas de 1830, ou antes, e pelo sistema de chapas (*clichês*), em estampagem industrial, com base monocromática branca e decoração em azul ou azul borrão (Blue Flow), pertencendo às melhores manufaturas inglesas, principalmente de Staffordshire, e peças isoladas de procedência francesa, belga ou holandesa. São em geral, peças de bom acabamento, pertencentes a séries datáveis de 1860 a 1895;

A-6 Louças produzidas em pasta Ironstone, estampadas e retocadas por sistema industrial, com moldes ou chapas, policrômicas, em geral sobre base monocromática branca, onde se destacam as tigelas da série Swansea Floral, de procedência inglesa, em sua maioria pertencendo a jogos avulsos ou reduzidos aparelhos de chá e café;

A-7 Louça de base colorida, feita em pasta Ironstone China, trata-se de poucas peças avulsas de circulação aparentemente restrita. Produzida na Inglaterra pela fábrica Wood Ware, data do período de 1840 a 1860 por E. & E. Wood, em Burslem, Condado de Staffordshire;

A-8 Louça com padrão floral Blue Flow, estampada em azul marinho sobre base azulada diluída, produzida em pasta Ironstone China, denominada “Série Macau I” pelo CTA, com produção datando de 1853 e largamente exportada para o Brasil, onde aparece na maioria dos sítios históricos. Foi observado por Manes Bandeira e equipe a existência de uma leve variação de motivos florais, caracterizada por folhas ou flores de dimensões maiores ou menores, ou uma estilização alongada das folhas em peças isoladas;

A-9 Louça “Old Willow”, imitação inglesa das louças chinesas, adotando como motivo uma velha lenda de magia e amor. Sua série ficou conhecida no Brasil como a *louça dos Pombinhos*. Produzida em pasta Ironstone

China, teve vários fabricantes na Inglaterra, França e até mais recentemente (1922), no Japão. Introduzida a partir de 1810, ganhou a quase totalidade do mercado brasileiro a partir de 1830;

A-10 Louça comercial, produzida pelas manufaturas chinesas da Dinastia Tao-Kuan (1821 - 1850), exclusivamente para venda na Europa. Com motivos tipicamente orientais (palácios, pagodes e cenas de aldeias) são mal desenhados, com estampagem e esmaltagem muito inferior a produção nobre daquela Dinastia. Estes exemplares chegaram ao Brasil via Portugal ou Inglaterra;

A-11 Louça comercial em pasta Ironstone II, produzida na Holanda, em Amsterdã, entre 1895 e 1910.

Vidros e Cristais

2. Vidros e cristais (11 tipos): apresentam-se sob a forma de envases (92%), vidros planos (5%), vidros e cristais trabalhados (3%). É constituído de cacos e/ou peças inteiras de garrafas e frascos. O vidro preto e o verde-oliva são os mais numerosos, o que segundo Manes Bandeira demonstraria uma *presença insistente e define o uso do vinho e de outras bebidas alcoólicas, como do-cotidiano daqueles ruralistas*. (Fig. 5)

V-1 Vidro preto. Tipicamente produzido para a manufatura de envases (garrafas, meias-garrafas e garrafões) para a indústria vinícola e de bebidas em geral. São garrafas de vidro grosso (média de 2 a 3 mm), produzidas em formas manuais ou industriais, cuja datação obedece à uma sequência de características como as tipologias de gargalo, base, cavidades de adega, etc. As garrafas coletadas são, em sua maioria, envases para vinho produzidas na Inglaterra e vendidas em Portugal e/ou no Brasil. O padrão é standard, mundialmente difundido e utilizavam rolhas de cortiça, primeiro com lacre e cordel, depois com lacre e luva de folha de chumbo;

V-2 Envases tipo Squash. Garrafas retangulares afuniladas, com gargalos curtos, produzidas na Inglaterra para envases dos licores Vanderberg ou Sylverbells, muito difundido em estojos-arcas de 12 garrafas entre os oficiais sulistas dos Estados Unidos da América do Norte, por volta de 1860. Os envases utilizam a mesma fórmula do tipo V-1 e o processo de manufatura em forma industrial em vidro preto ou verde-oliva escuro;

V-3 Envases em vidro de pasta vítrea verde translúcido, utilizado principalmente para conter água mineral, produtos farmacêuticos, remédios, etc. Em geral são apresentados no formato tradicional standard, manufaturado em formas industriais quer na Inglaterra, quer na França ou no Brasil sem o pa-

drão Europeu. Envases alemães também foram identificados principalmente de Altona, Bremen ou Hamburg, estes para conter bebidas alcoólicas. A datação das peças é de 1860 a 1910;

V-4 Envases em Vidro-Mel. Em geral mais utilizado para frascos de pequena cubagem, o Vidro-Mel atinge, em alguns casos, um maior tamanho para conter produtos químicos variados. Foram encontrados envases produzidos nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra, além de parte de frascos de remédios nacionais, já do século XX. A cor mel é específica para manter as qualidades dos líquidos e seus componentes inalterados face a luz;

V-5 Envases azul-cobalto. Destinam-se a envases de líquidos corrosivos ou venenosos, destacando-se os frascos fusiformes, encontrados em razoável quantidade, e que deveriam conter substâncias ativas para produção de medicamentos domésticos (elaborados a partir de receitas caseiras). Em sua maioria, os frascos desse tipo vinham da França, onde foram produzidos em escala industrial, inclusive para simples exportação como envases.

V-6 Envases azul-claro. Variação do anterior, utilizado pela indústria farmacêutica francesa e inglesa, principalmente para conter medicação anti-ácida. São mais raros e poucos foram encontrados;

V-7 Envases de vidro verde escuro. Variação para o envase de alguns tipos de vinho, geralmente vinho branco, verde e a champanhe. Foram encontradas grandes quantidades de peças, geralmente garrafas de procedências inglesa, francesa e portuguesa;

V-8 Envases de vidro verde folhagem. Variação do anterior, geralmente utilizada em garrafas para vinho branco ou para refrigerantes ingleses (Ginger-Ale). O gargalo arredondado é próprio desse tipo. Foram observados outros usos diversos para tais envases, que adquirem variações de forma básica (garrafa), para aparecer como frasco;

V-9 Vidro plano - espelho - de espessuras variadas, composto com massa vítrea verde utilizado para vidraças, para cobertura de superfície de mobiliário e, após banho de aço, espelho;

V-10 Vidros finos. Vidros moldados, translúcidos, de espessura reduzida (0,5 mm), pertencentes à luminária à gás como também de lampião ou protetor para velas. Manufaturadas na Inglaterra, França, Alemanha e outros países da Europa. Algumas peças parecem ser luminárias de braço de lustre;

V-11 Vidros e cristais trabalhados. Peças de padrões diversos pertencentes a compoteiras, taças, cálices, jarros, licoreiras e outras, em alto relevo com decorações florais ou de simples elementos, até os tipos de vidro e cristal cinzelados.

Cerâmica

3. Foram definidos cinco tipos: cerâmica cozida - brasileiras; cerâmicas finas - brasileira e portuguesa; cerâmica tipo colonial; cerâmica Salt-Glazed Stoneware e luster. Eles mostram a divisão básica da cerâmica de manufatura Européia e Brasileira, sendo a diferença entre elas no que diz respeito ao processo de manufatura, onde se destacam as peças em Salt-Glazed Stoneware, esmaltadas ou não, e a louça de pasta de argila cozida, com ou sem engobo, esmaltada ou somente pintada. (Figs. 6 e 7)

Ferro e Metais

4. Peças de ferro e metais. Divididas em dois tipos principais: 1. Peças fundidas e 2. Peças de ferro batido. Pertencem à primeira categoria, todos e quaisquer elementos, instrumentos ou acessórios que tenham sido manufaturados em forja e forma. A segunda categoria compreende todas as peças produzidas em forjas caseiras através de processos artesanais rudimentares (ferro aquecido e batido com têmpera), muito em uso nas propriedades rurais da época.

Materiais de Construção

5. A classificação geral elaborada por Manes Bandeira foi subdividida em peças rústicas, peças de produção artesanal ou de oficina e peças de produção industrial.

Outras Peças

6. Peças de ebonite, na forma de tampas para envases, bicos para utensílios médicos ou pentes. A ebonite foi inventada por volta de 1878, devendo ter chegado ao Brasil em torno de 1885 a 1890. Canetas de madeira, pentes ou travessas de casco de tartaruga, fragmentos de bonecas de biscuit e de papier maché, somam-se a esta categoria.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Os resultados já obtidos revelam que nas terras do atual Parque Nacional da Tijuca e áreas vizinhas, que hoje se constituem na maior floresta urbana protegida pelo Estado, desenvolveu-se, no início da colonização, na cidade do Rio de Janeiro, uma ocupação humana sistemática, cujo começo remonta à época das primeiras Sesmarias, distribuídas pelos Capitães-Governadores nos meados do século XVI, passando pelas ocupações parciais das bases de suas vertentes montanhosas, já no século XVII, até atingir as meia-encostas no sé-

culo XVIII, chegando ao topo das serras ainda no final daquele século com o advento do plantio do café.

Do levantamento realizado por Manes Bandeira e equipe surge um quadro sócio-econômico e por que não dizer ideológico, dos mais variados, além de um contexto cultural bastante rico.

Paralelamente, eles levantaram a tipologia dos utensílios e peças, principalmente na forma de louças e porcelanas, cerâmicas, vidros, cristais, objetos metálicos, ferramentas, etc, cujo estudo e classificação proporcionaram um vasto campo para as pesquisas que desenvolveram por anos e cujos resultados se traduzem no conhecimento que reuniram sobre essas peças, que vai muito além do que podiam pensar alcançar.

Nossa proposta de trabalho compreende um leque de futuras abordagens dentre as quais podemos destacar:

1. A revisão dos dados compilados por Manes Bandeira e equipe, privilegiando o aspecto arqueológico-histórico, de modo a adicionar mais informações sobre a história da Mui Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro;

2. Relocalizar os sítios históricos catalogados por Manes Bandeira, com sua atualização legal junto ao órgão competente;

3. Dispensar tratamento curatorial adequado ao material recuperado, conforme proposto pela arqueologia histórica.

A divulgação será feita à medida em que os estudos forem avançando e segundo os critérios de trabalho propostos pelas autoras.

* Setor de Arqueologia, Museu Nacional/UFRJ

** Estagiária do Setor de Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ

*** Faculdade de Arqueologia/UNESA

**** Setor de Arqueologia, Museu Nacional/UFRJ

Referências Bibliográficas

- Floresta da Tijuca. (1991) Inventário dos Documentos Doados pelo Mosteiro de São Bento. Governo do Brasil. **Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.**
- Parque Nacional da Tijuca - **Ministério da Agricultura - IBDF** - Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes (folheto)
- MANES BANDEIRA, C. (s/d) **Anotações de Campo**, Rio de Janeiro.
- MANES BANDEIRA, C. (1988) **Projeto de Pesquisas e Escavações Arqueológicas no Parque Nacional da Tijuca** - Relatório Anual de 1988. CTA/FBCN , Rio de Janeiro.